

vii) NLI 7 com as seguintes freguesias: Campolide, Lapa, Santos-o-Velho, Santa Isabel, Santo Condestável, Ajuda, Alcântara, Prazeres, Santa Maria de Belém e São Francisco Xavier;

viii) NLI 8 com as seguintes freguesias: Anjos, Castelo, Graça, Madalena, Santa Justa, Santiago, Santo Estêvão, São Cristóvão e São Lourenço, São Miguel, São Nicolau, São Vicente de Fora, Sé, Socorro, Penha de França e Santa Engrácia.

2 — As CLA não referidas no número anterior transitam sem alterações para os respectivos NLI.

3 — O distrito do Porto passa a agrupar uma nova estrutura local, o NLI da Trofa.

4 — A nomeação dos representantes designados pelos diferentes sectores que compõem os NLI referidos do presente despacho será objecto de despacho do Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social.

5 — O presente despacho entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

20 de Outubro de 2006. — Pelo Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, *Pedro Manuel Dias de Jesus Marques*, Secretário de Estado da Segurança Social.

### Gabinete do Secretário de Estado do Emprego e da Formação Profissional

#### Despacho n.º 23 089/2006

Ao abrigo da alínea i) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, determino, a seu pedido, a cessação da comissão de serviço do vogal do conselho directivo do Instituto para a Qualidade na Formação, I. P., licenciado Alfredo Augusto Barreiros Simões da Silva, com efeitos a partir de 18 de Setembro de 2006.

10 de Agosto de 2006. — O Secretário de Estado do Emprego e da Formação Profissional, *Fernando Medina Maciel Almeida Correia*.

#### Despacho n.º 23 090/2006

Considerando que a atribuição do prémio de mérito constitui um testemunho de apreço e uma forma pública e solene de homenagear as pessoas singulares ou colectivas que, em cada ano, mais se tenham distinguido na integração profissional de pessoas com deficiência;

Considerando que, nos termos do despacho n.º 12 008/99, de 24 de Maio, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 23 de Junho de 1999, o júri do concurso é nomeado, em cada ano, por despacho do Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social;

Considerando que as diversas entidades com assento no júri indicaram já os respectivos representantes:

Assim, ao abrigo do n.º 11 do referido despacho, determino o seguinte:

1 — É nomeado o júri do prémio de mérito referente ao ano de 2005, constituído pelas seguintes personalidades:

Coronel Manuel da Costa Braz, que preside.

Dr. Leonardo Rafael Pereira Pires da Conceição, em representação do Instituto do Emprego e Formação Profissional, I. P.

Dr. José Ferreira Dias Correia, em representação do Secretariado Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência.

Drs. Domingos Alves Marques Rosa e Rogério Manuel Dias Cação, em representação das entidades representativas das pessoas com deficiência.

Dr. Camilo Rodrigues e Prof. Jerónimo de Sousa, em representação das entidades que actuam no domínio da reabilitação profissional das pessoas com deficiência.

Drs. António Vergueiro e Florbela Leopoldo, em representação das associações de empregadores.

José António Silveira Subtil e Ana Paula da Silva Viseu Esteves, em representação das associações sindicais.

Engenheira Cátia Patrícia Pinto Pimenta Ferreiras Rosas e Dr.ª Rosa Maria Neves Lucas Neto, em representação do sector cooperativo.

2 — O presente despacho produz efeitos a partir da data da sua assinatura.

23 de Outubro de 2006. — O Secretário de Estado do Emprego e da Formação Profissional, *Fernando Medina Maciel Almeida Correia*.

### Secretaria-Geral

#### Despacho n.º 23 091/2006

Por meu despacho de 27 de Outubro de 2006, proferido no uso de competência delegada, foi Lobélia Cristina da Silva Melo nomeada definitivamente, após concurso, assistente administrativa especialista do quadro de pessoal da Secretaria-Geral do ex-MTS, actual Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, com efeitos à data do despacho, sendo exonerada do lugar de origem a partir da data da aceitação do novo lugar. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

30 de Outubro de 2006. — O Secretário-Geral-Adjunto, *Jorge Gouveia*.

### Inspecção-Geral do Trabalho

#### Despacho (extracto) n.º 23 092/2006

Por despachos de 25 de Outubro de 2006 da directora do Gabinete de Assuntos Europeus e Relações Externas e de 26 de Outubro de 2006 do inspector-geral do Trabalho, foi Maria José Martins da Silva Aires Rodrigues Vicente, técnica profissional especialista principal do quadro de pessoal do GAERE, transferida, com a mesma categoria, para o quadro de pessoal do ex-Instituto de Desenvolvimento e Inspecção das Condições de Trabalho, com efeitos a partir de 1 de Novembro de 2006. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

27 de Outubro de 2006. — A Directora de Serviços, *Isabel Maria Canha Delgado Figueiredo Vilar*.

#### Despacho (extracto) n.º 23 093/2006

Por despacho de 19 de Outubro de 2006 do inspector-geral do Trabalho, foram Paula Maria Valério de Sousa de Magalhães Neves, António José Gomes Borges, Maria Fernanda das Neves Nogueira, Amaro Lobo Peixoto, Eduardo Miguel Pires Gil, António Manuel Rosa Lopes Salgueiro, Maria Emília de Freitas Morgado da Costa Pereira, Maria Luísa de Matos Costa Ramos Resende, Emídio dos Santos Figueiredo, Diamantina Garção da Silva Real Tavares, Maria dos Anjos Caeiro Pereira Gonçalves, Álvaro José Pontes Oliveira, Helena Maria Martins de Melo Antunes, João Lemos da Silva, Ana Maria da Luz Dória, Maria Isabel Rolão Alves de Almeida Vicente, Teodolindo da Conceição Bernardo, Maria do Céu Carvalho da Mota Ferreira, Maria Teresa Alves Raimundo da Terra, Joaquim Coelho Queirós, Maria da Conceição Pacheco Lagartinho, Ivone Maria Valadas Marques Martins, Glória Salomé Norte de Azevedo, Maria José da Cruz Martins Henriques Valente, Anabela Pires Rebelo Teixeira Vieira, Maria Nídia da Conceição do Nascimento, Aida Cristina dos Santos Sousa Geraldês de Ramos Saraiva, Daniel José dos Reis Bárbara, Maria Luísa Rosa Ferreira e António Manuel Mil-Homens Rosa, inspectores-adjuntos especialistas principais do quadro de pessoal do ex-Instituto de Desenvolvimento e Inspecção das Condições de Trabalho, nomeados definitivamente, precedendo concurso, inspectores técnicos principais do mesmo quadro de pessoal, com efeitos a partir da data do despacho, nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 128.º do Código do Procedimento Administrativo, ficando exonerados da anterior categoria a partir da mesma data. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

31 de Outubro de 2006. — A Directora de Serviços, *Isabel Maria Canha Delgado Figueiredo Vilar*.

### Instituto da Segurança Social, I. P.

#### Centro Distrital de Segurança Social do Porto

#### Despacho (extracto) n.º 23 094/2006

No uso dos poderes que me são conferidos pelo adjunto do director do Centro Distrital de Segurança Social do Porto, através do seu despacho n.º 20 724/2006, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 12 de Outubro de 2006, e ao abrigo do artigo 36.º do Código do Procedimento Administrativo, subdelego no director do Núcleo de Património, Aprovisionamento e Logística, licenciado Hugo Filipe Varela Correia Tavares, a competência para a prática dos seguintes actos, no âmbito do respectivo Núcleo:

1) Decidir sobre:

1.1) Pedidos de justificação de faltas;

1.2) Processos relacionados com dispensa para amamentação, consultas médicas ou exames complementares de diagnóstico;

## 2) Autorizar:

2.1) O pagamento de despesas de rendas, fornecimento de serviços de telefone, água, electricidade, gás e combustível, bem como as provenientes de contratos de assistência, limpeza e vigilância;

2.2) A realização e o pagamento de despesas de transporte, reparação de viaturas e aquisição de peças e lubrificantes até € 3750;

2.3) O pagamento de aquisição de publicações, bem como as despesas resultantes da publicação de anúncios nos jornais;

2.4) A realização e o pagamento de despesas com a aquisição de bens de consumo correntes, bens duradouros e serviços até € 4500 e € 3000, respectivamente;

2.5) O abate de material de utilização permanente, afecto aos serviços, cujo valor patrimonial não exceda os limites para a aquisição referidos no número anterior;

2.6) A renovação de qualquer contrato de manutenção ou assistência, desde que essa renovação esteja prevista no clausulado do respectivo contrato;

2.7) A actualização das rendas dos imóveis utilizados pelo Centro Distrital, de harmonia com os coeficientes anuais legalmente fixados;

2.8) O pagamento de despesas pelo fundo de maneiço de acordo com o respectivo regulamento;

2.9) A aquisição de títulos de transporte;

3) Analisar e assinar correspondência oficial, com excepção da que for dirigida aos gabinetes dos ministérios, secretarias de Estado, direcções-gerais e institutos públicos;

4) Autorizar a emissão de telecópias e correio electrónico, com excepção das previstas no número anterior.

A presente subdelegação de competências é de aplicação imediata, ficando desde já ratificados todos os actos praticados no âmbito das matérias por ela abrangida, nos termos do artigo 137.º do Código do Procedimento Administrativo.

27 de Outubro de 2006. — O Director da Unidade de Administração, *Luís Cristino*.

## MINISTÉRIO DA SAÚDE

### Gabinete do Ministro

#### Despacho n.º 23 095/2006

A carência de médicos que se faz sentir na área da medicina geral e familiar é notória e sentida pela população.

A reforma dos cuidados de saúde primários constitui uma prioridade do Ministério da Saúde, pelo que se impõe, entre outras acções, que o processo de admissão ao internato médico concorra para se atingirem os ambiciosos objectivos que com aquela reforma se pretende alcançar.

O número de vagas de medicina geral e familiar que tem vindo a ser disponibilizado para os internatos médicos, apesar do acréscimo verificado nos últimos anos em resultado do esforço de articulação desenvolvido pela Secretaria-Geral do Ministério da Saúde com as diversas entidades que intervêm no processo, mantém-se abaixo do necessário.

É, pois, imprescindível e inadiável reforçar significativamente o número de vagas dessa especialidade.

Assim, determino:

1 — Que se altere o mapa de vagas por área profissional de especialização referente ao internato médico 2006, divulgado na página da Internet da Secretaria-Geral do Ministério da Saúde, de forma que o número de vagas de medicina geral e familiar corresponda a 20% do total das vagas colocadas a concurso.

2 — Que, para os internatos médicos que se iniciem a partir de 2007, o número de vagas de medicina geral e familiar corresponda a um mínimo de 25% do total das vagas a colocar a concurso.

3 — Que os avisos n.ºs 10 987/2006 e 10 988/2006, publicados no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 195, de 10 de Outubro de 2006, sejam alterados, de forma que se cumpra o disposto no número anterior.

20 de Outubro de 2006. — O Ministro da Saúde, *António Fernando Correia de Campos*.

### Secretaria-Geral

#### Aviso n.º 11 979/2006

**Concurso de habilitação ao grau de consultor da carreira médica hospitalar, aberto pelo aviso n.º 13 593/2002 (2.ª série), publicado no *Diário da República*, n.º 297, de 24 de Dezembro de 2002**

1 — Em cumprimento do disposto no n.º 31 do Regulamento dos Concursos de Habilitação ao Grau de Consultor e de Provedor

na Categoria de Chefe de Serviço da Carreira Médica Hospitalar, aprovado pela Portaria n.º 177/97, de 11 de Março, faz-se público que, por meu despacho de 9 de Outubro de 2006, foram homologadas as listas de classificação final dos candidatos, dos júris e das áreas profissionais abaixo indicadas:

### Cirurgia geral

#### Júri n.º 7 (Lisboa e Vale do Tejo)

Gabriela Marta Delgado Cangeiro Lamacha Valente — *Não aprovada*.

Hortênsia Ribeiro Cordas Teixeira — *Não aprovada*.

Ilda Maria Outeiro Manhoso — *Não aprovada*.

Isabel Maria Rodrigues do Nascimento — *Aprovada*.

João Carlos Gouveia Monteiro Moraes — *Aprovado*.

João Ernesto Anglin Ferreira — *Não aprovado*.

José Carlos Vaz — *Aprovado*.

José Filipe Batista da Cunha — *Aprovado*.

José Manuel Martins dos Santos — *Não aprovado*.

Leão Vieira Leda — *Aprovado*.

Luís António Sousa da Silva Ferreira — *Aprovado*.

Manuel Pereira Ribeiro — *Não aprovado*.

Maria Cristina Coelho Esteves Vaz — *Não aprovada*.

Maria da Conceição Fonseca Caldas Xavier de M. Pinto de Almeida — *Aprovada*.

Maria da Graça Gonçalves Campos Costa Marques dos Santos — *Aprovada*.

#### Júri n.º 8 (Lisboa e Vale do Tejo)

Alberto Manuel de Almeida Fernandes — *Aprovado*.

Aline Eusébio Branco Bagina — *Faltou*.

Ana Cristina de Sousa Pires Lavado — *Aprovada*.

Ana Nélida Pellon Parreira Rodrigues Pena — *Aprovada*.

Ana Paula Catarino Tavares — *Aprovada*.

António José Ribeiro Mendes — *Não aprovado*.

António Pedro Fernandes Estrela — *Aprovado*.

Armando Augusto Rodrigues Correia — *Aprovado*.

Carlos Filipe Luís dos Reis — *Faltou*.

Carlos Manuel da Costa Martins Miranda — *Aprovado*.

Clara Maria do Rosário Carvalhal Fonseca — *Não aprovada*.

Daniel José Montalto e Frade — *Faltou*.

Daniel Pires Paiva Travancinha — *Aprovada*.

Fernanda Marques Quirino — *Aprovada*.

Fernando António Cepeda Bruto da Costa — *Não aprovado*.

Fernando Luís Rocha Barata — *Aprovado*.

Francisco José Garcia Silveira — *Não aprovado*.

2 — De acordo com o disposto no n.º 31.1 do Regulamento supracitado, a data de obtenção do grau de consultor dos médicos aprovados constantes das listas acima mencionadas reporta-se a 30 de Dezembro de 2005, data da publicação no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 250, de 30 de Dezembro de 2005, do aviso n.º 12 077/2005 (2.ª série), relativo à primeira lista deste concurso.

### Cardiologia

#### Júri n.º 2 (Lisboa e Vale do Tejo)

Alcides Dinis Francisco — *Aprovado*.

Ana Cristina Neves Ferreira — *Aprovada*.

Ana Leonor Costa Parreira — *Aprovada*.

Carlos Jorge Gonçalves Bastos — *Faltou*.

Dulce Alves Brito — *Aprovada*.

Fátima Maria Pereira Terras — *Aprovada*.

Guilherme Manuel Cardador Leal Pereira — *Aprovado*.

Henrique Manuel Pacheco Medeiros de Mesquita Gabriel — *Aprovado*.

Isabel Maria Rego da Silva Henriksson — *Aprovada*.

Isabel Maria Vilela dos Santos — *Aprovada*.

Jorge Manuel dos Santos Ferreira — *Aprovado*.

José Manuel de Jesus Marreiros Rodrigues Loureiro — *Aprovado*.

Júlio Casimiro de Moraes Aranha — *Aprovado*.

Lídia Maria Moreno Sousa — *Aprovada*.

Luís Filipe de Deus Lagos Fernandes dos Santos — *Aprovado*.

Luís Filipe Esteves Brandão Alves — *Aprovado*.

Luís Manuel Ribeiro dos Santos Alves Carpinteiro — *Aprovado*.

#### Júri n.º 3 (Lisboa e Vale do Tejo)

Leonel Joaquim Araújo Bernardino — *Aprovado*.

Luís Manuel Gil Martins Brizida — *Aprovado*.

Luís Manuel Parente Martins — *Aprovado*.